



3 e 4 de dezembro

III Encontro

de Educação, Direitos Humanos,
Gênero e Sexualidade

RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA ENTRELAÇADAS NO SER CAMPONESA

Brenda Cibelle Martins da Silva¹

Alice Ferraz Maia²

José Humberto da Cunha Filho³

Fernanda de Barros Melo⁴

Anna Livia Bezerra de Sousa⁵

INTRODUÇÃO

O presente resumo busca se debruçar sobre os atravessamentos de gênero, raça e classe vivenciados pela juventude trabalhadora campesina de um assentamento pertencente à Região Geográfica Imediata de João Pessoa. Esses achados são parte de uma pesquisa maior, fruto de um Projeto de Iniciação Científica desenvolvido entre 2024 e 2025, intitulado “A Juventude Trabalhadora Rural e a Construção de Projetos de Vida”, vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA), pertencente ao departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A realidade da juventude brasileira é afetada por uma série de determinantes que dificultam seu acesso a direitos, além de contar com uma gama de diferentes experiências perpassadas por fatores como gênero, raça, classe, sexualidade, escolaridade e território (Souza; Paiva, 2012). Assim, não é possível aproximar-se da juventude brasileira sem considerar a pluralidade de suas realidades. Para a juventude campesina, essa necessidade se acentua ainda mais, visto que historicamente essa população é compreendida como uma massa homogênea e associada ao atraso/primitivismo (Calegare, 2015).

Essas percepções, além de errôneas, visto que a juventude rural apresenta uma dinâmica própria e constitui sua subjetividade de formas diferentes, corroboram para a falta de inclusão das demandas específicas dessa população em políticas públicas, em um processo que

¹ Contato: brenda.cibelle@academico.ufpb.br

² Contato: aliceferrazmaia@gmail.com

³ Contato: josehumbertopsicologia@gmail.com

⁴ Contato: fernanda.barros@academico.ufpb.br

⁵ Contato: anna.sousa@academico.ufpb.br

cria ainda mais barreiras na garantia dos seus direitos. As jovens participantes dessa pesquisa pertencem a uma ruralidade com características semelhantes ao que Monteiro (2015) tipificou como ruralidade onde se predomina a agricultura familiar, habitada por populações negras e indígenas em sua maioria, dotada de uma grande riqueza cultural e ambiental.

Diante dessas especificidades, ao olhar para como as relações de gênero, raça e classe aparecem no cotidiano dessas jovens, percebe-se uma dinâmica em que a reprodução de papéis sociais de gênero inicia-se desde muito cedo, explicitando a Divisão Sexual e Social do Trabalho (Hirata e Kergoat, 2007; Passos 2020). Apesar disso, essas imbricações são percebidas de modo naturalizado e individualizado pelos jovens acessados. Assim, esse resumo objetiva explicitar a forma com que os atravessamentos de gênero, raça e classe vivenciados pela juventude trabalhadora campesina não são diretamente percebidos pelas jovens, as quais demonstram constantemente em seus discursos que se responsabilizam por fatores diretamente relacionados a desigualdades sociais historicamente produzidas.

METODOLOGIA

Os dados relatados neste resumo são um recorte de uma pesquisa de iniciação científica. Essa pesquisa foi de caráter qualitativo e participativo e a aproximação com a população acessada se deu através do vínculo anteriormente estabelecido com agricultores(as) da região. Participaram desta pesquisa quatro pessoas, no entanto, para o presente resumo utilizou-se informações de apenas duas participantes: Sara e Andriela (nomes fictícios). Como instrumentos utilizou-se a observação participante e a entrevista semi-estruturada. Para a análise dos dados foi utilizado o método da Análise de Conteúdo Temática (Minayo, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As falas das jovens entrevistadas são permeadas, a todo momento, por atravessamentos de gênero, raça e classe. Seja nas atividades que realizam, naquilo que gostam, ou ainda entre aquilo que lhes é possível fazer/escolher no cotidiano. No entanto, ao serem perguntadas se percebiam diferenciações em suas vivências por seu gênero e/ou raça, tanto Sara (mulher cisgênero; parda; 22 anos) quanto Andriela (pessoa não-binária; indígena; 15 anos) apontaram que não percebiam isso em suas experiências. Assim, apesar desses aspectos serem notórios, isso é trazido no campo da naturalização. É importante destacar ainda que Andriela se identifica como uma pessoa não binária, não sendo enquadrada como uma mulher nesse resumo. Entretanto, dentro do âmbito familiar e em sua comunidade ela é lida a partir do sexo feminino,

fator que leva suas experiências a serem atravessadas pela socialização atribuída as mulheres, o que se explicita em suas falas. Assim, suas vivências serão analisadas em conjunto às de *Sara*.

Ao olhar para os discursos trazidos por *Sara* e *Andriela*, o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico aparecem de forma expressiva. No caso de *Sara*, ao longo de sua trajetória no trabalho, quase todas as atividades que exerceu, à exceção dos trabalhos em feiras (inserida quando criança e em alguns momentos da vida adulta), estão relacionadas ao trabalho de cuidado. Ela também enfatiza o trabalho doméstico enquanto uma atividade que é muito mais de sua responsabilidade do que de seu cônjuge, sob a justificativa de que ele trabalha “fora de casa”. No entanto, ela também realiza outros afazeres, trabalhando como cuidadora em uma escola. Ou seja, apesar de exercer trabalhos externos ao lar tal qual seu marido, *Sara* ainda percebe o trabalho doméstico como algo que é, majoritariamente, sua obrigação.

As falas de *Andriela* trazem também a dimensão de como essa naturalização é um processo que se inicia desde muito cedo. Apesar de ter apenas 15 anos, o trabalho de cuidado apareceu muito expressivamente em seus relatos, ela apontou que cuida de uma prima mais nova desde cerca dos 12 anos, ao ponto de a criança chamá-la de “mãe”. Essa responsabilidade, no entanto, não é compartilhada entre seus irmãos homens ou com o próprio pai da criança. Assim, percebe-se um ciclo em que tais atividades são colocadas como responsabilidade das mulheres desde muito cedo, de modo que na ausência materna, mesmo sendo ainda criança, como era o caso de *Andriela*, ela é incubida de uma obrigação que outros homens, apesar de adultos, não são.

Enfatiza-se, desse modo, as percepções naturalizantes que tanto *Sara* quanto *Andriela* possuem acerca das atividades que realizam. Ao trazer coisas como **“Tem coisas que não dá para um homem fazer”**, *Sara* explicita o que Hirata e Kergoat (2007) trazem enquanto Divisão Sexual do Trabalho. Sob essa ótica, há uma naturalização e hierarquização das atividades que são historicamente e culturalmente atribuídas às mulheres (invisibilizadas e inferiores) e aos homens (vistas como superiores). Assim, para além do trabalho de cuidado e doméstico ser socialmente considerado uma atividade quase que inerente ao gênero feminino, uma “obrigação natural”, esses trabalhos são colocados como hierarquicamente inferiores aos exercidos por homens na esfera pública, os quais são tidos como “trabalhos produtivos”.

Outro ponto que ganha destaque na análise são as relações que se estabelecem entre essas atividades e a atividade de estudo. No caso de *Andriela*, que ainda está na escola, esses elementos apareceram, inclusive, como elementos que dificultam maior dedicação aos estudos (seja pela disponibilidade de tempo, seja pelo cansaço proveniente das outras atividades). Já no caso de *Sara*, que finalizou o ensino básico, essas atividades aparecem como um fator que

dificulta, apesar do seu interesse, a inserção no ensino superior, dada a dificuldade de conciliação. Em ambos os casos, apesar da carga excessiva de trabalho e da falta de políticas educacionais e de mobilidade que considerem as especificidades da juventude camponesa, tais dificuldades são apontadas a partir de um olhar individualizante, sob a perspectiva da “preguiça” ou “desmotivação”, em um discurso que coloca sobre si mesmas a “culpa” por ainda não estarem na universidade/não se dedicarem tanto aos estudos.

É válido destacar ainda que ambas são pessoas não-brancas de modo que as imbricações de gênero, raça e classe em seu cotidiano e sua subjetividade adquirem ainda um outro viés. No caso de *Sara*, enquanto mulher negra, pensar em sua trajetória continuamente marcada pelo trabalho de cuidado perpassa olhar para o racismo como base estruturante da socialização brasileira, de modo que desde o período colonial escravagista, o lugar da mulher negra na sociedade é marcado pelo trabalho de cuidado e servidão ao outro (Passos, 2020). Além disso, o fato de serem pessoas não-brancas atravessa suas vidas também no que tange ao acesso às políticas públicas de educação e trabalho. Suas vivências apresentam uma inserção muito precoce em atividades precarizadas de trabalho, uma fragilização dos vínculos nas atividades que exercem (destacando-se a falta da garantia de direitos trabalhistas), além de uma dificuldade de dedicação aos estudos dada a necessidade de conciliação com o trabalho.

Esse cenário relaciona-se à histórica marginalização que essas populações são alvo, cenário que acentua-se ainda mais por serem jovens camponesas (Calegare, 2015). Nesse processo, o Estado é um agente ativo da produção e reprodução da divisão social, sexual e racial do trabalho, de modo que a predominância do exercício de atividades precarizadas, domésticas e de cuidado por mulheres não-brancas, além das limitações no acesso a educação é marcada, também, pela manutenção de uma lógica que existe desde o período colonial (Passos, 2020).

Diante disso, ainda que cercadas pelos atravessamentos de gênero, raça e classe em suas vivências, aspectos percebidos tanto por seus discursos quanto pela precarização das suas condições de vida, essas jovens olham para suas vivências de forma individualizada, não reconhecendo essas implicações de forma direta. Essas estruturas, justamente por serem impostas histórica e culturalmente, são projetadas para serem vistas e tratadas não como uma produção social, mas como algo natural, de modo que essas jovens assim as percebem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os relatos apreendidos através das entrevistas, da observação participante e do contato prévio com a associação, foi possível compreender os

atravessamentos de gênero, raça e classe que perpassam a vida da juventude campesina acessada. As duas jovens entrevistadas possuíam trajetórias marcadas pela predominância do trabalho doméstico/de cuidado, inserção precoce em atividades de trabalho, difícil conciliação entre estudos e trabalho e, no caso de Sara, pelo excesso e precarização do trabalho na vida adulta. Nesse sentido, da infância à vida adulta, demarca-se a divisão social, sexual e racial do trabalho, processo percebido de forma naturalizada.

Essa naturalização atravessa as relações de gênero, raça e classe de forma ampla, e se traduz nos discursos das jovens que constantemente se responsabilizam por fatores diretamente relacionados a desigualdades sociais e historicamente produzidas. Tal individualização, além de ser promotora de sofrimento para as sujeitas, oculta a necessidade de criação de políticas públicas que possibilitem a construção de projetos de vida variados. Outrossim, ressalta a importância da construção conjunta com essas jovens do entendimento desses atravessamentos em suas vidas, fortalecendo a possibilidade de reflexões e diálogos que levem a um olhar menos culpabilizante sobre elas mesmas e a uma postura de maior apropriação da realidade.

REFERÊNCIAS

CALEGARE, M. G. A. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. *In*: LIMA, A. F., ANTUNES, D. C. & AGUILAR, M. G. (Orgs). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015. p. (437-457).

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC Editora. 2014.

MONTEIRO, Rosa Cristina. Educación y Ruralidades Contemporáneas: Aportes Psicológicos Para El Debate *In*: LANDINI, Fernando. (Coord.) **Hacia Una Psicología Rural Latinoamericana**. 1ª ed., Buenos Aires: CLACSO. 2015.p. 103-106.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47219. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47219><https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47219> . Acesso em: 25 jun. 2025.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 353-360, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2012000300002>. Acesso em: 26 ago. 2025.

